

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

End.: Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80.

Porto Alegre / RS - 90050-190

Fone: (51) 3295 - 1100

Porto Alegre, 17 de agosto de 2017.

Edição n.º 2204

Nesta Edição:

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA	
Boletins	2
Editais	2
SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS	
Boletins de Pessoal	5
2000110 00 1 000001	
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
Avisos	7
Súmulas	٠



Ministério Público



Rio Grande do Sul

Porto Alegre, 17 de agosto de 2017.

www.mprs.mp.br

Edição Nº 2204

PROCURADOR-GERAL DE JUSTICA

BOLETIM N.º 279/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, EM EXERCÍCIO, CESAR LUIS DE ARAÚJO FACCIOLI, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, **RESOLVE**:

CONCEDER

- o abono de permanência, com fulcro no artigo 2º, I, II, III, alíneas "a" e "b" da Emenda Constitucional n.º 41/2003, observado o artigo 40, §§ 3º, 17 e 19 da Constituição Federal e artigo 3º da Instrução Normativa n.º 03/2011, ao Dr. LUÍS ANTÔNIO MINOTTO PORTELA, Promotor de Justiça de entrância final, ID n.º 1636839, a contar de 11 de agosto de 2017, equivalente ao valor de sua contribuição previdenciária (PR.00576.00568/2017-2 - Port. 2623/2017).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 17

de agosto de 2017. JÚLIO CÉSAR DE MELO,

Promotor de Justiça, Chefe de Gabinete.

EDITAL N.º 440/2017- PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados em geral, na forma do § 2.º do art. 16 do Provimento n.º 26/2008, que a Promotoria de Justiça de Tramandaí promoveu o arquivamento do IC n.º 00915.00135/2011, instaurado com o objetivo de apurar possível desvio de finalidade na utilização de veículo do Poder Legislativo de Imbé/RS.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 11 de agosto de 2017.

JÚLIO CÉSAR DE MELO

Promotor de Justiça, Chefe de Gabinete.

EDITAL N.º 441/2017- PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados em geral, na forma do § 2.º do art. 16 do Provimento n.º 26/2008, que a Promotoria de Justica Especializada de Gravataí promoveu o arquivamento do IC n.º 00783.00101/2015, instaurado com o objetivo de apurar possível omissão do poder público na manutenção da Estrada San Martins, no Distrito de Morungava, em Gravataí/RS.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 11 de agosto de 2017

JÚLIO CÉSAR DE MELO

Promotor de Justiça, Chefe de Gabinete.

EDITAL N.º 442/2017- PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados em geral, na forma do § 2.º do art. 16 do Provimento n.º 26/2008, que a Promotoria de Justiça de Salto do Jacuí promoveu o arquivamento do IC n.º 01129.00006/2016, instaurado com o objetivo de apurar possíveis irregularidades em contratações sem processo licitatório, pela Prefeitura Municipal de Salto do Jacuí/RS, para a realização de publicidade do executivo.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 11 de agosto de 2017. JÚLIO CÉSAR DE MELO

Promotor de Justiça, Chefe de Gabinete.

EDITAL N.º 443/2017- PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados em geral, na forma do § 2.º do art. 16 do Provimento n.º 26/2008, que a Promotoria de Justiça Cível de Santo Ângelo promoveu o arquivamento do IC n.º 00873.00011/2015, instaurado com o objetivo de apurar suposta ocorrência de improbidade administrativa na contratação de serviços de informática pela Prefeitura Municipal de Santo Ângelo/RS.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 11 de agosto de 2017. JÚLIO CÉSAR DE MELO

Promotor de Justiça, Chefe de Gabinete.

EDITAL N.º 444/2017- PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, em especial o Sr. David Maidana Souza, na forma do $\$ 2.º do art. 16 do Provimento n.º 26/2008, que a Promotoria de Justiça Cível de Uruguaiana promoveu o arquivamento do IC n.º 00922.00103/2014, instaurado com o objetivo de apurar possível ilícito ambiental, consistente no exercício da pesca, no Arroio Rodrigues e na Lagoa do Pavim, na localidade de Guterrez, em Uruguaiana/RS.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 11 de agosto de 2017.

JÚLIO CÉSAR DE MELO

Promotor de Justiça, Chefe de Gabinete.

EDITAL N.º 445/2017- PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, em especial a representante legal do "Residencial Geriátrico Marcos Feliz, Izel Maria da Silva Vieira", na forma do § 2.º do art. 16 do Provimento n.º 26/2008, que a Promotoria de Justiça Cível de promoveu o arquivamento do IC 00740.00016/2016, instaurado com o objetivo de apurar a regularidade do funcionamento da Instituição de Longa Permanência de Idosos - LPI.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 11 de agosto de 2017.

JÚLIO CÉSAR DE MELO

Promotor de Justica. Chefe de Gabinete.

EDITAL N.º 446/2017- PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, em especial o representante legal da empresa "Otneb Indústria e Comercio de Artefatos de Cimento Ltda", na forma do § 2.º do art. 16 do Provimento n.º 26/2008, que a Promotoria de Justiça Especializada de Esteio promoveu o arquivamento do IC n.º 00768.00118/2011, instaurado com o objetivo de apurar possível depósito de lixo em terreno baldio, na Rua Bento Gonçalves, entre os números 1334 e 1344, Bairro São Sebastião, Esteio/RS, além da falta de cercamento e de calçada no passeio público.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 11 de agosto de 2017.

JÚLIO CÉSAR DE MELO

Promotor de Justica. Chefe de Gabinete.



Ministério Público



Rio Grande do Sul

Porto Alegre, 17 de agosto de 2017.

www.mprs.mp.br

Edição Nº 2204

EDITAL N.º 447/2017 - PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados em geral, na forma do § 2.º do art. 16 do Provimento n.º 26/2008, que a Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre, nos autos da NF n.º 01623.000.411/2017, indeferiu a instauração de Inquérito Civil para apurar denúncia de que bancário teria enriquecido ilicitamente por meio de desvios do Banco do Estado do Rio Grande do Sul -

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 11 de agosto de 2017

JÚLIO CÉSAR DE MELO

Promotor de Justiça, Chefe de Gabinete.

EDITAL N.º 448/2017 - PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados em geral, na forma do § 2.º do art. 16 do Provimento n.º 26/2008, que a Promotoria de Justiça Cível de Cruz Alta, nos autos do RD n.º 00755.00143/2016, indeferiu a instauração de Inquérito Civil para apurar possível criação de galinhas e galos de rinha, causando mau cheiro em residência, na Rua Marechal Deodoro da Fonseca, n.º 1225, na Cidade de Cruz Alta/RS.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 11 de agosto de 2017.

JÚLIO CÉSAR DE MELO

Promotor de Justiça, Chefe de Gabinete.

EDITAL N.º 449/2017 - PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados em geral, na forma do § 2.º do art. 16 do Provimento n.º 26/2008, que a Promotoria de Justiça Cível de Cachoeirinha, nos autos do RD n.º 01220.00025/2017, indeferiu a instauração de Inquérito Civil para apurar possível redução dos salários de servidores públicos da Prefeitura de Cachoeirinha/RS.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 11 de agosto de 2017. JÚLIO CÉSAR DE MELO

Promotor de Justiça, Chefe de Gabinete.

EDITAL N.º 450/2017 - PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados em geral, na forma do § 2.º do art. 16 do Provimento n.º 26/2008, que a Promotoria de Justiça de Marau, nos autos do RD n.º 00806.00199/2015, indeferiu a instauração de Inquérito Civil para apurar possível dano ambiental decorrente de intervenção em área de preservação permanente - APP, no Município de Marau/RS

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 11 de agosto de 2017

JÚLIO CÉSAR DE MELO

Promotor de Justiça, Chefe de Gabinete.

EDITAL N.º 451/2017 - PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, em especial o Sr. Cleude Borteze, na forma do § 2.º do art. 16 do Provimento n.º 26/2008, que a Promotoria de Justiça de São Valentim, nos autos do RD n.º 01413.02037/2017, indeferiu a instauração de Inquérito Civil para apurar possíveis atrasos na confecção de empenhos, por parte da administração municipal de São Valentim/RS, o que estaria gerando transtornos para seus fornecedores

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 11 de agosto de 2017.

JÚLIO CÉSAR DE MELO

Promotor de Justiça, Chefe de Gabinete.

EDITAL N.º 452/2017 - PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, em especial a Sra. Regina C. Santos, na forma do § 2.º do art. 16 do Provimento n.º 26/2008, que a Promotoria de Justiça Cível de Uruguaiana, nos autos do RD n.º 00922.00224/2017, indeferiu a instauração de Inquérito Civil para apurar questionamentos sobre a contração de empresa de ônibus.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 11 de agosto de 2017

JÚLIO CÉSAR DE MELO

Promotor de Justiça, Chefe de Gabinete.

EDITAL N.º 453/2017 - PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados em geral, na forma do § 2.º do art. 16 do Provimento n.º 26/2008, que a Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre, nos autos do RD n.º 00829.00153/2017, indeferiu a instauração de Inquérito Civil para apurar possíveis irregularidades no concurso da SUSEPE, consistentes em questões erradas e/ou mal formuladas e suposto vazamento de informações sobre a prova.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 11 de agosto de 2017.

JÚLIO CÉSAR DE MELO

Promotor de Justiça, Chefe de Gabinete.

EDITAL N.º 454/2017 - PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados em geral, na forma do § 2.º do art. 16 do Provimento n.º 26/2008, que a Promotoria de Justiça de Marau, nos autos do RD n.º 00806.00048/2016, indeferiu a instauração de Inquérito Civil para apurar possível crime ambiental, em decorrência do corte de árvores nativas em propriedade particular, com extensão de aproximadamente 0,5 hectare.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 11 de agosto de 2017

JÚLIO CÉSAR DE MELO

Promotor de Justiça, Chefe de Gabinete.

EDITAL N.º 455/2017 - PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados em geral, na forma do § 2.º do art. 16 do Provimento n.º 26/2008, que a Promotoria de Justiça de Marau, nos autos do RD n.º 00806.00046/2016, indeferiu a instauração de Inquérito Civil para apurar possível dano ambiental, decorrente do corte de vegetação nativa no Município de Marau/RS.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 11 de agosto de 2017.

JÚLIO CÉSAR DE MELO

Promotor de Justiça, Chefe de Gabinete.



Ministério Público



Rio Grande do Sul

Porto Alegre, 17 de agosto de 2017.

www.mprs.mp.br

Edição Nº 2204

EDITAL N.º 456/2017 - PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados em geral, na forma do § 2.º do art. 16 do Provimento n.º 26/2008, que a Promotoria de Justiça de Marau, nos autos do RD n.º 00806.00045/2016, indeferiu a instauração de Inquérito Civil para apurar possível dano ambiental, decorrente do corte de vegetação nativa no Município de Marau/RS.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 11 de agosto de 2017.

JÚLIO CÉSAR DE MELO

Promotor de Justiça, Chefe de Gabinete.

EDITAL N.º 457/2017 - PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados em geral, na forma do \S 2.º do art. 16 do Provimento n.º 26/2008, que a Promotoria de Justiça de Marau, nos autos do RD n.º 00806.00080/2016, indeferiu a instauração de Inquérito Civil para apurar possível dano ambiental, decorrente do corte de um exemplar arbóreo de araucária, no Município de Marau/RS.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 11 de agosto de 2017.

JÚLIO CÉSAR DE MELO

Promotor de Justiça, Chefe de Gabinete.

EDITAL N.º 458/2017 - PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, em especial a Sra. Cristiane Luzzi, na forma do § 2.º do art. 16 do Provimento n.º 26/2008, que a Promotoria de Justiça de Marau, nos autos do RD n.º 01702.00002/2016, indeferiu a instauração de Inquérito Civil para apurar possíveis irregularidades quanto ao Concurso Público n.º 01/2015, conforme Edital n.º 06/2015, realizado pelo Município de Nova Alvorada/RS.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 11 de agosto de 2017. JÚLIO CÉSAR DE MELO

Promotor de Justiça, Chefe de Gabinete.

EDITAL N.º 459/2017 - PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados em geral, na forma do § 2.º do art. 16 do Provimento n.º 26/2008, que a Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre, nos autos do RD n.º 01413.02200/2017, indeferiu a instauração de Inquérito Civil para apurar possíveis irregularidades ocorridas no Pregão Eletrônico n.º 031/CELIC/2017, referente ao processo administrativo n.º 16/2800-0000376-8

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 11 de agosto de 2017.

JÚLIO CÉSAR DE MELO

Promotor de Justiça, Chefe de Gabinete.

EDITAL N.º 460/2017- PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, em especial o Sr. Aristino Lucas Flores, na forma do § 2.º do art. 16 do Provimento n.º 26/2008, que a Promotoria de Justiça de

promoveu o arquivamento do IC 00911.00029/2010, instaurado com o objetivo de apurar possível corte de vegetação nativa para construção de residência em área verde, na Rua das Bananeiras, no Município de Taquara/RS.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 11 de agosto de 2017.

JÚLIO CÉSAR DE MELO

Promotor de Justiça, Chefe de Gabinete.

EDITAL N.º 461/2017- PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados em geral, na forma do § 2.º do art. 16 do Provimento n.º 26/2008, que a Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul promoveu o arquivamento do IC n.º 00748.00045/2016, instaurado com o objetivo de apurar denúncia anônima, de possível exercício de atividade comercial sem Alvará de localização e poluição sonora.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 11 de agosto de 2017.

JÚLIO CÉSAR DE MELO

Promotor de Justiça, Chefe de Gabinete.

EDITAL N.º 462/2017- PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados em geral, na forma do § 2.º do art. 16 do Provimento n.º 26/2008, que a Promotoria de Justiça Cível de Santo Ângelo promoveu o arquivamento do PI n.º 00873.00002/2017, instaurado com o objetivo de apurar denúncia de possível ato de improbidade administrativa na secretaria municipal de obras do município de Santo Ângelo/RS.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 14 de agosto de 2017.

JÚLIO CÉSAR DE MELO

Promotor de Justiça, Chefe de Gabinete.

EDITAL N.º 463/2017 - PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados em geral, na forma do § 2.º do art. 16 do Provimento n.º 26/2008, que a Promotoria de Justiça Especializada de Cruz Alta, nos autos do RD n.º 00754.00036/2016, indeferiu a instauração de Inquérito Civil para apurar possíveis irregularidades na aquisição, pelo Município de Cruz Alta, de imóvel localizado na Rua Joaquim da Costa Correa, n.º 171, Bairro Toríbio Veríssimo, na Cidade de Cruz Alta/RS.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 14 de agosto de 2017

JÚLIO ČÉSAR DE MELO

Promotor de Justiça, Chefe de Gabinete.

EDITAL N.º 464/2017 - PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados em geral, na forma do § 2.º do art. 16 do Provimento n.º 26/2008, que a Promotoria de Justiça Especializada de Canoas, nos autos do AT n.º 01602.01228/2016, indeferiu a instauração de Inquérito



Ministério Público



Rio Grande do Sul

Porto Alegre, 17 de agosto de 2017.

www.mprs.mp.br

Edição Nº 2204

Civil para apurar supostos maus-tratos perpetrados por ONG, localizada em Nova Santa Rita, no município de Canoas/RS. **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 14 de agosto de 2017.

JÚLIO CÉSAR DE MELO

Promotor de Justiça, Chefe de Gabinete.

EDITAL N.º 465/2017- PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, em especial a Sra. Tâmara Muchulski, na forma do § 2.º do art. 16 do Provimento n.º 26/2008, que a Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul promoveu o arquivamento do IC n.º 00748.00013/2015, instaurado com o objetivo de apurar possíveis fraudes nos registros de horários trabalhados por servidora pública municipal.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 14 de agosto de 2017.

JÚLIO CÉSAR DE MELO

Promotor de Justiça, Chefe de Gabinete.

EDITAL N.º 466/2017- PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados em geral, na forma do § 2.º do art. 16 do Provimento n.º 26/2008, que a Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul promoveu o arquivamento do IC n.º 00748.00045/2016, instaurado com o objetivo de apurar possível exercício de atividade de bar, lavagem e estacionamento sem alvará de localização e causando poluição sonora em área localizada no Travessão Leopoldina, n.º 88, Bairro São Cristóvão.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 14 de agosto de 2017.

JÚLIO CÉSAR DE MELO

Promotor de Justiça, Chefe de Gabinete.

EDITAL N.º 467/2017- PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, em especial a Sra. Marisa Chiavenin, na forma do § 2.º do art. 16 do Provimento n.º 26/2008, que a Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul promoveu o arquivamento do IC n.º 00748.00311/2011, instaurado com o objetivo de investigar possível poluição sonora de estabelecimentos, localizados no Largo da Estação Férrea, São Pelegrino, no município de Caxias do Sul/RS.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 14 de agosto de 2017.

JÚLIO CÉSAR DE MELO

Promotor de Justiça, Chefe de Gabinete.

EDITAL N.º 468/2017- PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, em especial o Sr. Luiz Carlos de Cristo, na forma do § 2.º do art. 16 do Provimento n.º 26/2008, que a Promotoria de Justiça Especializada de Santa Maria promoveu o arquivamento do IC n.º 00865.00047/2013, instaurado com o objetivo de investigar

possível corte de vegetação em banhado, Área de Preservação Permanente – APP, sem licença ambiental, na Travessa da Lagoa, Vila Natal, em Santa Maria/RS.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 14 de agosto de 2017.

JÚLIO CÉSAR DE MELO

Promotor de Justiça, Chefe de Gabinete.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

BOLETIM N.º 280/2017

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, BENHUR BIANCON JUNIOR, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

PRORROGAR

- pelo período de 01 (um) ano, a contar de 03 de agosto de 2017, a Portaria n.º 3020/2015, que reduziu a carga horária do servidor PAULO BRAGA SERRAGLIO, Assessor - Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, ID n.º 3439127, para 30 (trinta) horas semanais, nos termos do art. 6°, § 2º, da Lei N.º 7.253/79 (PR.00748.00399/2015-9 - Port. 2626/2017).

DESIGNAR

- nos termos do Provimento n.º 22/2010, a contar de 1º de agosto de 2017, a Dra. SUSANA CORDERO SPODE como Diretora Substituta da Promotoria de Justiça de Tramandaí, até 30 de junho de 2018, ou remoção/promoção que implique saída da Promotoria de Justiça, ou ulterior deliberação (Port. 2638/2017).
- nos termos do Provimento n.º 22/2010, a contar de 06 de agosto de 2017, a Dra. LISETE ERBES como Diretora Substituta da Promotoria de Justiça da Fazenda Pública e dos Juizados Especiais Cíveis de Porto Alegre, até 30 de junho de 2018, ou remoção/promoção que implique saída da Promotoria de Justiça, ou ulterior deliberação (Port. 2674/2017).
- a contar de 10 de agosto de 2017, a servidora MARIA LUIZA GAZZI COSTA, Assistente de Promotoria de Justiça, ID n.º 3448045, para exercer a Função Gratificada de Coordenador de Serviço Biomédico, FG-11, acrescida da gratificação de representação de 35% (trinta e cinco por cento), deste Órgão (Port. 2686/2017).
- a contar de 10 de agosto de 2017, a servidora DENISE QUIM, Agente Administrativo, ID n.º 3433447, para exercer, em substituição, a Função Gratificada de Coordenador de Serviço Biomédico, FG-11, acrescida da gratificação de representação de 35% (trinta e cinco por cento), deste Órgão, nos impedimentos legais e eventuais da titular Maria Luiza Gazzi Costa (Port. 2688/2017).
- a contar de 10 de agosto de 2017, o servidor FABIANO RADAVELLI, Assessor Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, ID n.º 3442314, para exercer a função gratificada de Coordenador da Comissão Disciplinar Permanente FG-11, acrescido da gratificação de representação de 35% (trinta e cinco por cento), deste Órgão (Port. 2699/2017).
- a contar de 10 de agosto de 2017, o servidor FABIANO RADAVELLI, Assessor Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, ID n.º 3442314, para exercer a Coordenação Administrativa da Comissão Disciplinar Permanente CDP (Port. 2700/2017).
- a contar de 10 de agosto de 2017, para compor a Comissão de Avaliação de Desempenho Funcional – CADF: a Dra. CARLA CABRAL LENA SOUTO, ID n.º 3433633, como Presidente; o Dr. ANDRÉ FERNANDO JANSON CARVALHO



Ministério Público



Rio Grande do Sul

Porto Alegre, 17 de agosto de 2017.

www.mprs.mp.br

Edição Nº 2204

LEITE, ID n.º 3357376, como Presidente Substituto; a Dra. VERA LÚCIA GONÇALVES QUEVEDO, ID n.º 3423905, como membro Coordenador Titular; a Dra. PATRÍCIA ZANCHI CUNHA, ID n.º 3430901, como membro Coordenador Titular; o Dr. CRISTIANO LEDUR, ID n.º 3435768, como membro Coordenador Suplente; e os servidores, FRANCIENE CLÓS SCHILLING, ID n.º 3438627, como membro Relatora Titular; MICHAEL VINCE VON GROL, ID n.º 3431495, como membro Relator Titular; RAFAEL RUARO DE MENEGHI, ID n.º 3444058, como membro Relator Titular; FABIANO RADAVELLI, ID n.º 3442314, como membro Relator Titular; EMILIANO MEDEIROS, ID n.º 3437060, como membro Relator Suplente; e LEONARDO LOCATELI ROSA, ID n.º 3444597, como membro Relator Suplente (Port. 2729/2017).

- a contar de 14 de agosto de 2017, o servidor adido - Quadro Especial da SARH, CLÁUDIO ODILON NERY, para exercício da função de fidúcia de Assessor de Procuradoria de Justiça II, CC-10, acrescido da gratificação de representação de 25%, deste órgão, na forma do parágrafo 5º do Artigo 2º da Lei n.º 9.504/1992, com a redação dada pela Lei n.º 14.415/2014, devendo perceber a remuneração correspondente ao Cargo em Comissão, deste Órgão, conforme Art. 25, §1º, da Lei Complementar n.º 10.098/94 (Port. 2736/2017).

FXONERAR

- a pedido, a contar de 07 de agosto de 2017, a servidora RAQUEL COELHO DORNELLES, ID n.º 4283210, do cargo de Agente Administrativo, classe "M", deste órgão (Port. 2672/2017).
- a pedido, a contar de 08 de agosto de 2017, o servidor FELIPE COELHO MARTINS, ID n.º 3451836, do cargo de Assistente de Promotoria de Justiça, classe "O", em virtude de posse no cargo de Assessor Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, deste órgão (Port. 2682/2017).
- a pedido, a contar de 14 de agosto de 2017, o servidor RODRIGO DOS PASSOS DA SILVA, ID n.º 3895459, do cargo de Agente Administrativo, classe "M", em virtude de posse em cargo público estadual (Port. 2725/2017).
- a contar de 16 de agosto de 2017, a servidora MARIAN DIEFENBACH GARCIA ABRIL, ID n.º 4383680, do cargo em comissão de Assessor de Promotor de Justiça III, CC-06, deste órgão (Port. 2738/2017).

NOMEAR

- em caráter efetivo, devendo cumprir o estágio probatório, PAULA CURI MENDES, para exercer o cargo de Assessor Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, Classe "R", em virtude de aprovação em concurso público, no qual obteve o quarto (4°) lugar na Lista de Classificação da Região Central (Port. 2673/2017).
- SILVANA ELISÁ UTZIG, para exercer o Cargo em Comissão de Assessor de Promotor de Justiça III, CC-06, deste órgão (Port. 2739/2017).
- LUANA DA VEIGA MACHADO, para exercer o Cargo em Comissão de Assessor de Promotor de Justiça I, CC-06, deste órgão (Port. 2749/2017).
- em caráter efetivo, devendo cumprir o estágio probatório, JULIA BARCELLOS ELTZ DE SOUSA, para exercer o cargo de Assessor Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, Classe "R", em virtude de aprovação em concurso público, no qual obteve o nono (9°) lugar na Lista de Classificação da Região Porto Alegre (Port. 2752/2017).

ADĬTAR

 a Portaria n.º 1921/2016, que trata da Comissão de Avaliação de Desempenho Funcional – CADF, para, a contar de 07 de agosto de 2017, incluir o Promotor de Justiça CRISTIANO LEDUR, ID n.º 3435768, como membro Coordenador Suplente (Port. 2681/2017).

REVOGAR

- a contar de 09 de agosto de 2017, a Portaria n.º 1817/2017, que designou, para integrar o Projeto FAVO – Força-Tarefa de Ajuda Voluntária, o servidor RODRIGO FÜRST, Assistente de

Promotoria de Justiça, ID n.º 3446395, para auxiliar a Promotoria de Justiça Criminal de Passo Fundo, duas vezes por semana (Port. 2683/2017).

- a contar de 10 de agosto de 2017, a Portaria n.º 1248/2017, que designou a servidora DENISE QUIM, Agente Administrativo, ID n.º 3433447, para exercer a Função Gratificada de Coordenador de Serviço Biomédico, FG-11, acrescida da gratificação de representação de 35% (trinta e cinco por cento), deste Órgão (Port. 2687/2017).
- a contar de 01 de agosto de 2017, a Portaria n.º 3261/2016, que reduziu a carga horária da servidora SIMONI BASSANI BIRLEM, Agente Administrativo, ID n.º 3431533, para 30 (trinta) horas semanais, nos termos do art. 6°, § 1º, da lei n.º 7.253/79 (PR.00841.00135/2016-1 Port. 2692/2017).
- a contar de 10 de agosto de 2017, a Portaria n.º 0993/2017, que designou a servidora MARIA LUIZA GAZZI COSTA, Assistente de Promotoria de Justiça, ID n.º 3448045, para exercer a função gratificada de Coordenador da Comissão Disciplinar Permanente FG-11, acrescido da gratificação de representação de 35% (trinta e cinco por cento), deste Órgão (Port. 2697/2017).
- a contar de 10 de agosto de 2017, a Portaria n.º 0994/2017 que designou a servidora MARIA LUIZA GAZZI COSTA, Assistente de Promotoria de Justiça, ID n.º 3448045, para exercer a Coordenação Administrativa da Comissão Disciplinar Permanente CDP (Port. 2698/2017).
- a contar de 10 de agosto de 2017, as Portarias n.º 1921/2017, 0223/2017, 0790/2017, 1737/2017 e 2681/2017, que tratam da composição da Comissão de Avaliação de Desempenho Funcional CADF (Port. 2728/2017).

DECLARAR ESTÁVEL, ouvida a Comissão de que trata o Artigo 41 da Constituição Federal, na forma do Provimento 27/2016-PGJ:

- considerando o que consta no Processo n.º PR.01426.00049/2014-0, a contar de 09 de junho de 2017, o servidor HÉLIO SANTIAGO RAMOS JUNIOR, ID n.º 3907813, no cargo de Assessor Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, deste órgão (Port. 2703/2017).
- considerando o que consta no Processo n.º PR.01426.00003/2014-7, a contar de 09 de junho de 2017, a servidora FABIANA VELOZ ARRUDA, ID n.º 3872688, no cargo de Assessor Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, deste órgão (Port. 2704/2017).
- considerando o que consta no Processo n.º PR.01426.00035/2014-9, a contar de 06 de junho de 2017, o servidor RENATO GONÇALVES, ID n.º 3444538, no cargo de Assessor Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, deste órgão (Port. 2705/2017).
- considerando o que consta no Processo n.º PR.01426.00157/2013-3, a contar de 20 de maio de 2017, a servidora LUCIANA BORDIN CORRÊA, ID n.º 3392210, no cargo de Assessor Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, deste órgão (Port. 2706/2017).
- considerando o que consta no Processo n.º PR.01426.00048/2014-2, a contar de 03 de junho de 2017, a servidora ALESSANDRA ALMEIDA DA SILVA, ID n.º 3906523, no cargo de Secretário de Diligências, deste órgão (Port. 2708/2017).
- considerando o que consta no Processo n.º PR.01426.00063/2014-1, a contar de 17 de junho de 2017, o servidor LUCAS MOCELLIN, ID n.º 3914860, no cargo de Secretário de Diligências, deste órgão (Port. 2709/2017).
- considerando o que consta no Processo n.º PR.01426.00051/2014-6, a contar de 09 de junho de 2017, a servidora SCHEILA DA SILVA GONÇALVES, ID n.º 3907775, no cargo de Secretário de Diligências, deste órgão (Port. 2710/2017).

CONVERTER

- em tempo dobrado de serviço, somente para fins de vantagens, 03 (três) meses de licença-prêmio, não fruída, do



Ministério Público



Rio Grande do Sul

Porto Alegre, 17 de agosto de 2017.

www.mprs.mp.br

Edição Nº 2204

servidor RODRIGO MEYER GUERRA, Assistente de Promotoria de Justiça, ID n.º 3403165, registrada no Boletim n.º 091, publicado no DEMP de 18/03/2014, referente ao quinquênio de efetividade de 02/03/2009 a 28/02/2014, em conformidade com a lei n.º 10.098/94 (Requerido em 01/08/2017 – PR.00838.00112/2017-3 - Port. 2740/2017).

TORNAR SEM EFEITO

- a Portaria n.º 2533/2017, que nomeou SUÉLEN BREDA PANIZZON, para exercer o cargo de Assessor - Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, Classe "R", deste órgão (Port. 2751/2017)

CONSIDERAR

- habilitado para tomar posse, a contar de 08/08/2017, no Cargo de Assessor - Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, Classe "R", FELIPE COELHO MARTINS, tendo entrado em exercício em 08/08/2017.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 17 de agosto de 2017.

BENHUR BIANCON JUNIOR,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

AVISO N.º 54/2017

Torno público, nos termos do art. 38, § 4º, do Regimento Interno do egrégio Conselho Superior do Ministério Público (alterado pela Resolução n.º 03/2014 - CSMP, publicada no DEMP de 16/12/2014), que, na Sessão Ordinária realizada no dia 08 de agosto de 2017, foram examinadas as promoções de arquivamento lavradas em inquéritos civis, peças de informação e expedientes correlatos, tendo o Colegiado deliberado da seguinte forma:

JULGADOS:

IC.00718.00104/2015,	IC.00722.00053/2015,
IC.00723.00001/2017,	IC.00725.00004/2017,
IC.00725.00020/2006,	IC.00728.00028/2015,
IC.00731.00003/2014,	IC.00732.00025/2014,
IC.00732.00033/2014,	IC.00732.00042/2013,
IC.00732.00046/2006,	IC.00732.00074/2011,
IC.00734.00019/2016,	IC.00739.00018/2013,
IC.00739.00108/2011,	IC.00743.00011/2015,
IC.00747.00003/2015,	IC.00747.00011/2016,
IC.00748.00007/2017,	IC.00748.00088/2016,
IC.00748.00094/2015,	IC.00748.00135/2016,
IC.00748.00166/2013,	IC.00748.00215/2016,
IC.00748.00216/2016,	IC.00752.00002/2016,
IC.00752.00003/2011,	IC.00755.00003/2015,
IC.00762.00038/2013,	IC.00762.00092/2013,
IC.00763.00014/2016,	IC.00763.00024/2016,
IC.00763.00025/2016,	IC.00763.00066/2016,
IC.00767.00001/2013,	IC.00770.00016/2016,
IC.00770.00019/2016,	IC.00771.00051/2012,
IC.00772.00009/2014,	IC.00772.00025/2016,
IC.00788.00040/2014,	IC.00788.00064/2013,
IC.00794.00005/2013,	IC.00794.00021/2015,
IC.00798.00010/2016,	IC.00800.00015/2016,
IC.00801.00059/2015,	IC.00802.00013/2017,
IC.00810.00003/2011,	IC.00813.00011/2014,
IC.00814.00092/2016,	IC.00818.00080/2011,
IC.00818.00092/2011,	IC.00820.00012/2014,

IC.00820.00037/2016,	IC.00820.00063/2017,
IC.00820.00069/2016,	IC.00820.00102/2016,
IC.00820.00319/2004,	IC.00821.00011/2016,
IC.00824.00012/2016,	IC.00829.00003/2016,
IC.00829.00039/2016,	IC.00829.00046/2016,
IC.00832.00059/2016,	IC.00832.00214/2012,
IC.00833.00009/2017,	IC.00852.00021/2012,
IC.00852.00050/2014,	IC.00852.00065/2015,
IC.00852.00100/2015,	IC.00852.00107/2016,
IC.00853.00002/2016,	IC.00853.00060/2013,
IC.00856.00018/2010,	IC.00856.00028/2013,
IC.00856.00043/2014,	IC.00857.00012/2015,
IC.00857.00033/2014,	IC.00857.00046/2014,
IC.00861.00014/2014,	IC.00861.00029/2016,
IC.00861.00048/2014,	IC.00867.00002/2016,
IC.00867.00003/2013,	IC.00867.00023/2004,
IC.00870.00011/2014,	IC.00872.00010/2016,
IC.00872.00012/2016,	IC.00872.00083/2015,
IC.00873.00013/2014,	IC.00873.00017/2015,
IC.00875.00011/2012,	IC.00882.00058/2016,
IC.00889.00024/2003,	IC.00898.00005/2012,
IC.00901.00038/2016,	IC.00906.00005/2016,
IC.00906.00028/2010,	IC.00907.00036/2012,
IC.00908.00014/2014,	IC.00908.00021/2014,
IC.00909.00016/2010,	IC.00911.00006/2017,
IC.00911.00022/2017,	IC.00911.00034/2015,
IC.00911.00040/2015,	IC.00912.00007/2011,
IC.00913.00009/2004,	IC.00913.00019/2016,
IC.00913.00020/2016,	IC.00913.00029/2016,
IC.00914.00096/2015,	IC.00917.00025/2013,
IC.00918.00012/2006,	IC.00922.00050/2014,
IC.00924.00004/2016,	IC.00924.00160/2014,
IC.00929.00002/2015,	IC.00929.00026/2014,
IC.00929.00042/2015,	IC.00931.00003/2007,
IC.00931.00015/2012,	IC.00933.00016/2012,
IC.00935.00010/2015,	IC.00935.00028/2016,
IC.00938.00007/2012,	IC.00938.00009/2009,
IC.00938.00012/2011,	IC.00952.00014/2013,
IC.00953.00004/2014,	IC.01128.00062/2013,
IC.01130.00017/2013,	IC.01136.00042/2011,
IC.01139.00001/2015,	IC.01139.00009/2015,
IC.01202.00056/2015,	IC.01202.00116/2012,
IC.01202.00212/2012,	IC.01203.00006/2016,
IC.01234.00057/2014,	IC.01234.00070/2014,
IC.01234.00077/2016,	IC.01349.00152/2010,
IC.01349.00198/2010,	IC.01404.00010/2014,
IC.01411.00016/2015,	PA.00911.00026/2015,
PA.00911.00111/2016,	PI.00722.00018/2017,
PI.00770.00040/2016,	PI.00856.00007/2017,
PI.01233.00007/2015,	PI.01411.00016/2016,
PI.01411.00017/2016.	

JULGAMENTO **CONVERTIDO** DILIGÊNCIA: IC.00725.00008/2009.

Os interessados poderão solicitar à Secretaria dos Órgãos Colegiados certidão do respectivo julgamento.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 17 de agosto de 2017.

MARTHA WEISS JUNG,

Promotora-Assessora.



Ministério Público



Rio Grande do Sul

Porto Alegre, 17 de agosto de 2017.

www.mprs.mp.br

Edição Nº 2204

Torno pública a SÚMULA N.º 27, editada pelo Egrégio Conselho Superior do Ministério Público na Sessão Ordinária do dia 08-08-2017: "É atribuição do Ministério Público Estadual a investigação que decorre da aplicação irregular de verbas federais oriundas de convênios firmados entre a União e Município, incorporados ao patrimônio municipal, nos termos da Súmula 209 do Superior Tribunal de Justiça.".

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 17 de agosto de 2017.

Martha Weiss Jung, Promotora-Assessora.